

“Conceição de Salinas tem muito a dizer ao Brasil”: gestão, autonomia, rede e luta do Quilombo Pesqueiro frente a pandemia da Sars Cov-2¹

“Conceição de Salinas has a lot to say to Brazil”: management, autonomy, network and struggle of the Quilombo Pesqueiro in the face of the SARS Cov-2 pandemic

“Conceição de Salinas tiene mucho que decir a Brasil”: gestión, autonomía, red y lucha del Quilombo Pesqueiro ante la pandemia del SARS Cov-2

*Rosânia do Nascimento**

Recebido em: 04/05/2021

Aceito em: 16/11/2021

Resumo

O Brasil havia alcançado cerca de 168.141 mil vítimas da pandemia de Sars Cov-2 na data da feitura desta entrevista, ocorrida em novembro de 2020. Decorrido um ano de sua elaboração, tristemente, são cerca de 600 mil mortes, sendo a população negra, povos indígenas e comunidades tradicionais os grupos mais vulnerabilizados e vitimados em comparação aos grupos dos brancos. Para entidades e organizações em defesa dos direitos sociambientais e territoriais, os dados da pandemia de Sars Cov-2 apontam a operação de dispositivos do genocídio. Nesse sentido, o intento da entrevista que se segue é ampliar as experiências de enfrentamento apresentadas por Elionice Conceição Sacramento e Danilo Sodrê Teixeira dos Santos da Comunidade Quilombola e Pesqueira Conceição de Salinas, situada no estado da Bahia. Cumprido isto, o segundo pleito visa asseverar que o avanço dos empreendimentos capitalistas sobre os territórios tradicionais em plena hecatombe sanitária, originada do racismo estrutural.

Palavras-chave: comunidades quilombolas, território pesqueiro, gestão,

* Mulher baiana. Cientista social com habilitação em antropologia e estudos latino-americanos pela Universidade de Brasília (UnB). *Hostess* do podcast Opará, integrante do Laboratório Matula (CNPq/UnB) e Mestranda em Antropologia Social (PPGAS/UnB). As colagens que compõem esta entrevista são de sua autoria. E-mail: rosaniaoliveira01@gmail.com

autonomia, pandemia da Sars Cov-2.

Abstract

Brazil had reached about 168,141 thousand victims of the Sars Cov-2 pandemic on the date of this interview, which took place in November 2020. After a year of its elaboration, sadly, there are about 600 thousand deaths, with the Black population, Indigenous peoples and traditional communities being the most vulnerable and victimized groups compared to white groups. For entities and organizations in defense of social, environmental and territorial rights, data from the Sars Cov-2 pandemic point to the operation of genocide devices. In this sense, the intention of the interview that follows is to expand the experiences of confrontation presented by Elionice Conceição Sacramento and Danilo Sodr e Teixeira dos Santos from the Quilombola and Pesqueira Concei o de Salinas Community, located in the state of Bahia. Once this has been accomplished, the second plea seeks to assert that the advance of capitalist enterprises over traditional territories in full health disaster originating from structural racism.

Keywords: quilombola communities, fishing territory, management, autonomy, Sars Cov-2 pandemic.

Resumen

Brasil había alcanzado cerca de 168.141 mil víctimas de la pandemia Sars Cov-2 a la fecha de esta entrevista, que se llevó a cabo en noviembre de 2020. Luego de un año de su elaboración, lamentablemente, hay cerca de 600 mil muertes, con la población negra, indígena. Los pueblos y las comunidades tradicionales son los grupos más vulnerables y victimizados en comparación con los grupos blancos. Para las entidades y organizaciones de defensa de los derechos sociales, ambientales y territoriales, los datos de la pandemia Sars Cov-2 apuntan al funcionamiento de dispositivos de genocidio. En este sentido, la intención de la entrevista que sigue es ampliar las experiencias de confrontación presentadas por Elionice Concei o Sacramento y Danilo Sodr e Teixeira dos Santos de la Comunidad Quilombola y Pesqueira Concei o de Salinas, ubicada en el estado de Bahía. Una vez cumplido esto, el segundo motivo busca afirmar que el avance de las empresas capitalistas sobre territorios tradicionales está en pleno desastre sanitario, originado por el racismo estructural.

Palabras-clave: comunidades quilombolas; territorio de pesca; administración; autonomía; Pandemia de Sars Cov-2



Nota Introdutória

Decidi por não estender-me nesta nota, levando em consideração a premissa do protagonismo, autonomia e agência quilombola. A Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas é autodeterminada um território tradicional e compreende o município de Salinas da Margarida. Situado no Recôncavo Baiano, o Quilombo Conceição - como também é designado - está localizado a menos de 5 km da sede deste município e a 265 km da capital do estado, Salvador, sendo banhado pela Baía de To-

dos os Santos (BTS), conforme Elionice Conceição Sacramento (2019) e Germani e Oliveira (2019). Em termos do andamento da regularização fundiária quilombola, a certidão foi expedida sob o número do processo 01420.001629/2015-83; devidamente solicitada pela Associação de Pescadores/as Artesanais e Quilombolas de Conceição de Salinas, em 2015, cumprindo o que rege o Decreto 4887/03, mais tarde, publicada pela Portaria nº 62 de 3 de fevereiro de 2017.

Como sabemos, a pandemia da Sars Cov-2 atinge drasticamente os territórios e povos tradicionais (LITTLE, 2002), agravando o racismo institucional como a morosidade da demarcação definitiva dos territórios quilombolas, o que impossibilita milhares de comunidades do acesso às políticas públicas. No âmbito da antropologia, esse processo tem sido denominado de judicialização da vida quilombola (JULIANO, 2019), marcado pelo aumento expressivo de violação de direitos que incidiu no período da pandemia atingindo territórios, associações, entidades e lideranças, além de outras formas de opressões em curso como os despejos, mortes violentas, perseguições e a criminalização de pessoas e movimentos na esteira do autoritarismo e genocídio vigentes. Para maior compreensão do público-leitor dos embargos aos territórios quilombolas operados historicamente pelo Estado brasileiro, o jurista e cientista político quilombola Danilo Serejo (2020) deteve-se à análise criteriosa a partir do conflito da base espacial e violações de direitos às comunidades quilombolas de Alcântara, no Maranhão.

Em termos de avanços e vitórias, o Supremo Tribunal Federal (STF) atendeu à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 742 ajuizada pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e cinco partidos políticos, que obriga o Governo Federal a

elaborar e implementar o plano nacional de combate a pandemia nos territórios quilombolas. A ação da Conaq é responsável pela produção, visibilidade, análise e comunicação na esfera pública dos dados epidemiológicos e sanitários coletados da pandemia da Sars Cov-2, de forma independente e autônoma junto às associações e entidades dos/as quilombolas como o Observatório da Covid-19 nos Quilombos².

Conforme a entrevista concedida ao Laboratório Matula (CNPq/UnB) em novembro do ano passado (2020), Elionice Conceição Sacramento³ e Danilo Sodré Teixeira dos Santos⁴ afirmam que o combate à pandemia na Comunidade Quilombola e Pesqueira Conceição de Salinas apresenta algumas especificidades em relação aos demais territórios tradicionais do Brasil. A principal é que neste território conjugam-se duas identidades, de pescador/a e quilombola; a segunda, é que o principal agente violador de direitos tem sido a Prefeitura Municipal de Salinas da Margarida associada aos interesses econômicos dos empreendimentos turísticos e imobiliários. Diante da pandemia da Sars Cov-2, o poder municipal concedeu a licença ambiental ao grupo Bahiana Empreendimentos Ltda, implicando na expropriação territorial de cerca de 45% do território correspondente aos roçados, locais de extrativismo e da sacralidade negroindígena e quilombola reivindicados por Conceição de Salinas, como as/os leitoras/es perceberão na sequência.

Entrevista

R.N.: Considerando o direito à autodeterminação coletiva garantidos aos povos e comunidades tradicionais na Carta Magna e Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), como vocês definem o território de Conceição de Salinas?

Elionice Sacramento: Então, a gente define esse território como Território Pesqueiro e Quilombola⁵ de muita luta e de muita resistência. Assim, com uma conexão profunda com a natureza e seus recursos e sentindo-se muito parte dela. Quando a gente fala de uma Comunidade Pesqueira, independentemente dos dados oficiais, é assim, mas esses dados também nos fortalecem. Hoje, a gente sabe que nós somos o município com maior expressão pesqueira da Baía de Todos os Santos (BTS). A Comunidade de Conceição é a comunidade com maior expressão pesqueira do município de Salinas da Margarida, tanto em diversidade de pescado quanto na quantidade de embarcações. Nós acreditamos na pesca artesanal não só como profissão viável e sustentável, mas como um modo de vida. Consideramos que a gente vive em condições adequadas a partir da produção da pesca.

Danilo Sodré: É importante dizer também sobre a questão da identificação do território enquanto comunidade remanescente de quilombo que o processo se iniciou lá em 2013, aproximadamente. Em 2015, eu ainda não fazia parte da coordenação, mas aí eu sei que foram feitas diversas reuniões na comunidade para requerer da Fundação Cultural Palmares o reconhecimento da comunidade, a certificação da comunidade. No final de dezembro de 2016, a certificação da comunidade saiu, aí a gente tem consciência que uma das coisas que o Prefeito, ou melhor dizendo, que a Gestão Municipal, questiona sobre a questão do território da Comunidade de Conceição de Salinas porque na cabeça deles para ser quilombola tem que ter unanimidade no reconhecimento, ou seja, a identificação dos indivíduos têm que todo mundo dizer que é quilombola. A gente enquanto Movimento Quilombola não entende que seja dessa forma.

Elionice Sacramento: Mais do que isso, a gestão municipal, na verdade, está presa à ideia de quilombo constituída pelo

Conselho Ultramarino. E aí vem disseminando que o Quilombo é o lugar do atraso porque nós temos calçamento, nós não podemos ser quilombolas porque a gente não mora em casas de palha ou de taipa, a gente não é quilombola, mas enfim. No processo todo de diálogo com a comunidade através de oficinas para discutir essa identidade que se constituiu a partir de 2010 para cá quando a gente realizou o levantamento para o livro *Salinas: o mar, a lama e a vida*, é que a gente entra em contato com outras comunidades quilombolas.

Como há cem anos a maioria da população vivia da pesca e da agricultura, a maioria expressiva da população? As relações que nos movem são relações de solidariedade, de partilha, a maioria da comunidade é família, os filhos de um são filhos da Comunidade, e essa é uma comunidade expressivamente negra, e que a gente reocupou, especialmente, a partir do ano de 1700 no qual temos referência sobre a construção da Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Algumas famílias estão presentes neste território, o que a gente consegue mapear entre oito ou nove gerações de famílias negras vindas a partir de 1800. Essas famílias têm usado o território, não nessa concepção assim fechada, mas pensando o grande Quilombo que é o Recôncavo Baiano que tem se relacionado com as outras comunidades quilombolas do Baixo Sul⁶.

Conceição de Salinas está para além da constituição do município de Salinas da Margarida, que é um município jovem de menos de sessenta anos. É uma comunidade com mais de trezentos anos de história que já esteve ligada a outro município aqui ao lado, e depois passou a pertencer a Ilha de Itaparica, e antes de ir pertencer a Itaparica já pertenceu a Jaguaripe. Passou a pertencer a esse município que se chama Salinas da Margarida muito recentemente. Mas o que nos faz, sobretudo, afirmar a identidade são esses elementos do modo de vida, a relação com os recursos

naturais, a dependência desse recurso, a atividade pesqueira como a principal atividade econômica somada a agricultura de subsistência, as relações familiares, comunitárias, de solidariedade, de partilha, de confiança, como é muito comum em territórios e comunidades tradicionais.

A gente se afirma nessa identidade quilombola, sim. Antes a gente achava que não tinha necessidade de um reconhecimento do Estado, que bastava a gente se reconhecer, mas depois a gente foi vendo que também era estratégico ter esse reconhecimento do Estado, aí a gente fez essa solicitação à Fundação Cultural Palmares, mas todo o processo foi construído pela própria comunidade.

R.N.: Na genealogia apresentada na dissertação⁷ da Elionice Conceição Sacramento, podemos perceber que o Território das Águas tem como mães algumas deidades do panteão de matriz africana como Nanã, Iemanjá e Oxum, além das mães ancestrais como Conceição, Filomena e Eliza. Atualmente, como vocês percebem a persistência do protagonismo das mulheres e da juventude na defesa e proteção do território ancestral? Como tem sido operada a luta e mobilização política a fim de assegurar o direito à constitucionalidade quilombola?

Elionice Sacramento: Então, a gente vai perceber no processo histórico que as mulheres tiveram papel estratégico tanto na construção da comunidade, como também na construção das autonomias econômicas e dos processos educacionais, dos associativismos, e que as mulheres têm uma liderança muito forte. Nessa comunidade, apesar de toda a tentativa de apagamento, de cerceamento dessa incidência, historicamente, vem sendo assim, as mulheres são chefes de família, responsáveis pelo sustento e têm se desafiado de maneira expressiva a realizar não somente a pesca como também a atividade de ganho, a sair pra fora evidenciando a

importância da produção; e garantindo que o alimento de qualidade chegue à mesa do povo brasileiro. Elas estão, em sua maioria, também nos cuidados de saúde e nos processos educacionais.

A gente vem se dando conta, especialmente, nos últimos anos, da grande importância da Juventude nesse processo. Até porque eu ouvia muito quando eu era jovem e adolescente - quando a gente começou a fazer enfrentamento ao capital -, as pessoas daqui diziam que não se podia brigar contra a força, as pessoas mais velhas - homens e mulheres diziam que quem tinha dinheiro podia tudo. E a gente não tinha como enfrentar isso. O processo de opressão contra os mais velhos e as mais velhas também foi tão mais profundo que alguns deles passaram a acreditar que não dava para lutar contra essas forças.

A gente tem hoje, por exemplo, dentro da Associação de Pescadores e Marisqueiras de Conceição de Salinas, jovens como André Luiz Silva dos Santos⁸ e Danilo Sodré Teixeira dos Santos que têm assumido a luta quilombola, e não apenas institucionalmente, no sentido de assinar documentos, mas na lida do dia a dia, eles têm se desafiado a enfrentar a força do capital e a fazer disputas. Então, essa Juventude que também entra na Universidade - hoje nós temos quarenta estudantes que desde 2017 para cá adentraram os processos de formação por meio da Política de Ações Afirmativas - conseguiram acessar a Universidade. Esse grupo de jovens tem sido nossos porta-vozes multiplicadores que, de fato, nós não estamos nos afirmando em uma instituição de identidade de atraso, que a nossa identidade é uma identidade histórica, mas ela também é uma identidade contemporânea e que não está neste lugar - ou não-lugar - que as forças antagonicas tentam nos colocar.

Danilo Sodré: Eu acho que Elionice consegue responder quando ela traz aí que a Coordenação da Associação de Pescado-

res e Marisqueiras de Conceição de Salinas, hoje, tem além dela - você ainda é jovem também, Elionice - eu e André Luiz e também a participação do conjunto de outros jovens que a partir da perspectiva de um reconhecimento que não atrasou as nossas vidas, mas que dignifica e possibilita, inclusive, a reparação de direitos como a oferta de vagas através das Ações Afirmativas para acesso à Universidade. Hoje, a gente tem quarenta jovens dentro da Universidade.

A comunidade tradicional pesqueira e quilombola Conceição de Salinas tradicionalmente nunca teve jovens acessando a universidade pública e gratuita. A gente tem atualmente quarenta jovens que desde 2017 têm assumido esse lugar que, historicamente, foi negado a nossa gente, aos nossos parentes e aos nossos pais. A gente escutava dos nossos pais quando nos incentivaram a ir à escola que eles não tiveram a oportunidade de estudar por não conseguir conciliar o estudo com o trabalho. Então, eles queriam que a gente estudasse. Daí a gente estudava, concluía o Ensino Médio, mas não tinha nenhuma perspectiva para avançar nos estudos. Quando houve a identificação da comunidade e, principalmente, após a Política de Ações Afirmativas, conseguimos sair do *não-lugar* para algum lugar.

Essa história de que o Quilombo é o lugar da miséria, o lugar do atraso, é um fato que tem sido desconstruído por nós, principalmente, a partir das ocupações desses jovens na Universidade. Então, na comunidade, por exemplo, que está em um município da construção civil - e construção civil aqui tô falando sobre o potencial governamental aqui do município, digo, da gestão municipal que tem se pautado na construção civil a partir da tentativa de urbanizar a comunidade com o intuito de invalidar as nossas características tradicionais, o que tornou motivo de várias notícias falsas. As chamadas *fake news* veiculam que a gente deveria tirar o asfal-

to porque a comunidade é uma comunidade quilombola, como se uma comunidade quilombola não pudesse ter essas coisas.

Então, foram várias propagações colocadas sobre as mentes das pessoas daqui, e elas ficaram duvidosas. Ao mesmo tempo, percebemos que a juventude estava ascendendo, conseguindo chegar em algum lugar, daí vinham essas informações que para alguns o asfalto é bom. Para mim, é uma grande loucura. Eu preferia que tivesse como estava antes do asfalto. As pessoas também não compreendem que o asfalto pode causar vários danos à saúde, mas enfim...

R.N.: Pensando no predito protagonismo das mulheres e das/os jovens quilombolas em âmbito nacional para rebater o avanço de decretos, portarias e medidas provisórias de cunho racista empreendidas na agenda neoliberal do Governo Federal, como tem sido a atuação das/os quilombolas e pescadoras de Conceição de Salinas junto à Articulação da Juventude Pesqueira, Articulação das Mulheres Pescadoras e Movimento Quilombola para construir redes, políticas e estratégias criativas de cuidado e apoio mútuo no enfrentamento da pandemia da SARS-Cov 2?

Elionice Sacramento: A Comunidade de Conceição de Salinas, após os anos 2000, enfrentou toda violência de forma mais ostensiva, por exemplo, a implementação e ampliação dos empreendimentos de carcinicultura ligados aos processos de extermínio. Houve a instalação de grupos de extermínio articulados ao empresariado e ao poder público, assim, a gente sentiu a necessidade de não ficar fazendo luta de forma isolada. Daí a gente se articulou com o que era, inicialmente, a Articulação da Pesca na Bahia (APB), ainda não existia o Movimento Pesqueiro nesta época. Depois, com a Articulação de Mulheres Pescadoras⁹, a qual começamos a fazer parte da história inicial da Articulação Nacional

das Pescadoras do Brasil (ANP) e do Movimento de Pescadores e Pescadoras. A nível nacional, se chamava Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), e depois tornou-se o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP).



A gente tem feito a caminhada junto com esses Movimentos da Pesca aqui no Recôncavo Baiano e do Baixo Sul articulando duas identidades: de pescador (a) e quilombola; outras regiões da-

qui articulam identidades de pescadoras, quilombolas, ribeirinhas e indígenas. Enfim, diante da situação da pandemia a gente mal tinha saído do enfrentamento do derramamento de óleo, do petróleo, que a gente enfrentou diante da negligência do Estado, que era muito grande, e também da indiferença da sociedade porque a sociedade gosta de comer peixe, muitos pescados, de modo geral, mas dificilmente para refletir quem são essas sujeitas e sujeitos que realizam essa atividade.

Realmente, a gente teve muitos medos, mas depois a gente foi ver a história, principalmente, como nossos ancestrais enfrentaram pandemias e epidemias de suas épocas. E principalmente, olhando para *Água de Barrela*¹⁰ e *Um Defeito de Cor*¹¹; comecei a conversar com outras mulheres pescadoras que a gente ia conseguir sair dessa, se a gente conseguisse minimamente condições para se proteger; proteger os nossos territórios e colocar em prática os ensinamentos de nossos ancestrais, das folhas, rezas, do isolamento territorial que respeitasse as especificidades dos nossos territórios. Daí a gente foi criando alguns pactos dentro do Movimento Pesqueiro e Quilombola no sentido de garantir aquilo que a gente produzia, e que a gente pudesse fazer trocas para que, efetivamente, ninguém largasse à mão de ninguém.

Em Conceição de Salinas, a gente protagonizou e puxou as demais comunidades por um processo de troca que, historicamente, existia entre as comunidades do Recôncavo Baiano, embora estivessem fragilizadas. A partir da experiência com o Território do Guai¹², a gente puxou Ilha de Maré¹³ e outras comunidades para que a gente pudesse trocar alguns produtos. A juventude aqui da comunidade realizou feiras e identificou no corpo do Movimento quem conseguia ou dominava um pouco mais da escrita para apoiar outras comunidades na elaboração dos seus projetos. A gente foi formando algumas comissões para escrever projetos para o

Fundo Brasil de Direitos Humanos, a Fiocruz e o Fundo Baobá nesta ação de solidariedade conjunta.

Especialmente aqui na comunidade, a gente incidiu fortemente denunciando, sobretudo, que as barreiras sanitárias estavam sendo colocadas como barreiras seletivas ou de controle dos corpos, uma barreira corrupta, tendenciosa. De certa forma, isso acabou aumentando o ódio dos poderosos contra nós, muito do que a gente foi enfrentando teve raiz nesse enfrentamento, que foi se dando de forma articulada usando muito as vias marítimas a partir dos conhecimentos tradicionais que dominamos, porque as vias terrestres estavam interrompidas. Comunicamos tanto de forma interna como também para fora, escrevemos também várias denúncias, participamos de atividades com algumas universidades, atividades *onlines*, com outros movimentos de apoio à pesca.

Através do contato com Valéria Pôrto¹⁴ e Cida Mendes¹⁵, que são lideranças da Conaq na região Nordeste, a gente tem dialogado também com o Movimento Quilombola nacional. Apesar da gente militar e atuar no Movimento Pesqueiro, reconhecemos a importância estratégica da Conaq e sua história de luta, como é importante estarmos juntas e articuladas neste processo. A gente nunca trabalhou tanto, não foi Danilo, como trabalhamos tanto nessa pandemia?

Danilo Sodré: Verdade. Acho que   isso,   importante dizer dessa articulação externa, mas também interna. A articulação interna, inclusive, foi muito mais importante, a gente nunca teve juntos e juntas quanto em tempos de pandemia, com todos cuidados e recomendações dos órgãos de saúde, claro. Eu não me recordo na minha vida ter trabalhado tanto igual trabalhei neste período de pandemia, quando não juntos a outros corpos, nas trincheiras da luta: em reuniões das nossas casas usando o *Google Meet* ou *Zoom*, quando não, com o pessoal dos movimentos e comunidades

resolvendo questões jurídicas, encaminhamentos e cuidando dos processos aqui da comunidade.

De fato, a gente não parou, escrevendo projetos para fundos, correndo atrás de apoio e também fortalecendo a troca solidária, como a Elionice mencionou, que por conta de um problema de saúde, não pôde ficar exposta à frente das vendas, repasses e trocas da comunidade. A gente fez trocas como a aquisição de alimentos e frutos da terra junto às comunidades do Guaí e Maragogipe, aqui no município vizinho. Para adquirir esses alimentos, a gente repassava à própria comunidade a preços justos, e não adicionando nenhum valor ao final do produto, não se tinha margem de lucro, o que era acrescentado tinha a ver com alguma despesa do transporte ou da compra de embalagens.

A gente não parou! E tudo isso com o apoio e a força da Juventude Quilombola que está na universidade. A gente formou equipes de trabalho, alguns iam para um lado, outros iam para o outro, juntos fizemos distribuição de alimentos atendendo a pedidos feitos pelo WhatsApp ou Facebook. Na medida em que as pessoas solicitavam, a gente fazia a entrega. As entregas eram feitas diretamente nas próprias casas das pessoas com todos os cuidados e segurança por conta da SARS-COV 2, como o uso de máscaras, higienização das mãos, alimentos, respeitando o distanciamento social e outras recomendações dos órgãos do Estado e organismos internacionais de saúde.

R.N.: Durante muito tempo o Território Quilombola e Pesqueiro tem sido descrito por órgãos do estado e academia como sinônimo de pobreza em virtude das relações sociais estabelecidas em torno do pescado como mercadoria. Como vocês respondem a essa premissa levando em consideração seus modos de vida, meios de subsistência, religiosidades, práticas culturais e relação com seus ancestrais?

Elionice Sacramento: Primeiro, no mundo da pesca, até por uma questão de proteção do território, dificilmente a gente revela a produção, e não revela em sua totalidade para não atrair para dentro do território forças econômicas com interesses nesta produção. Tem um outro elemento que o Estado, ao longo dos anos, lembrando aqui da época que fui adolescente, ouvia dizer que era pra gente buscar outras alternativas de vida porque a pesca era inviável. A gente foi compreendendo que por trás dessa fala, tinha uma intencionalidade. Veja, se a gente se convence que a nossa produção não é importante, que o nosso modelo de vida não é aceitável, e vai para as capitais dos estados, a gente acaba deixando esse território livre para os interesses do capital, que é o território de cobiça. Para poder sustentar o discurso do Estado também não existem oficialmente estatísticas pesqueiras, nem quantitativa ou qualitativa sobre a realidade das pescadoras e pescadores, não há dados atualizados em relação a quantidade da produção.

A gente tem grande dificuldade de encontrar incentivo no mundo da pesca, isso sempre fez com que nós necessitemos trabalhar muito e, muitas vezes, entregar a produção na mão de um atravessador qualquer que depois triplicou o valor dessa produção. Então, esse «comer pescado» que para a elite e burguesia é sinônimo de poder aquisitivo tem em si uma contradição, a produção do pescado é colocada como o lugar do atraso, mas é nessa contradição que as forças que disputam conosco se fortalecem. A pesca é uma atividade manual, a pesca artesanal como vocês sabem, assim como toda atividade artesanal, é considerada atividade de segunda ou terceira. O que nós temos em Conceição de Salinas? Cerca de 80% ou 90% da população quilombola e pesqueira vive da atividade da pesca, e vive bem. Essas pessoas têm suas próprias casas, inclusive, a maioria das pessoas possuem suas contas todas pagas.

A maioria expressiva das famílias têm seus próprios instru-

mentos de pesca comprados como resultado do seu trabalho. Então, é uma mentira que nós somos homens e mulheres miseráveis. Nós não somos! E faço muita questão de dizer isso, principalmente, nós que estamos aqui no lugar estratégico, nós estamos entre as águas do rio Paraguaçu e da Baía de Todos os Santos, por isso, a produção é extremamente potente. Aí a gente vai para a condição de miséria se este território nos é tirado. Todas as vezes que viajo para Salvador, e da experiência que foi estar em Brasília-DF durante o tempo do mestrado, é que quando chegava em algum supermercado como o Big Box¹⁶ percebia o tanto que era pobre.

Quando me encontrava em Brasília ou Salvador, o pouco de dinheiro que levava quase não dava pra nada! A peneira que comprava aqui na comunidade por R\$3, a farinha que comprava aqui em Conceição de Salinas a R\$2 ou alguma coisa assim, aí em Brasília custava cerca de R\$15 ou R\$18! Porque as relações em grandes cidades são outras, onde não posso pegar ônibus se me faltar R\$0,05! Aqui na Comunidade de Conceição de Salinas as relações são bem diferentes. Não necessariamente preciso ter dinheiro para andar ou me locomover pelo território. Não necessariamente preciso ter uma quantia em dinheiro para comer; não preciso comprar tudo para a minha subsistência. No meu quintal tem acerola, araçá, seriguela, limão, quiabo, tomate, então, isso dá uma qualidade de vida pra gente que nos retira da condição da miséria.

Sem contar que a atividade da pesca, além de ser uma atividade viável, é também sustentável para quem vive nela. E aí a gente a cada dia precisa enfrentar os discursos que foram construídos que aqui se tratava do lugar da miséria ou do atraso. Se a gente for olhar para certos parentes da gente que caíram nesse «canto da sereia» e migraram para Salvador, por exemplo, quando voltam ou àqueles que permaneceram por lá estão em situações piores que as nossas; em moradias mais precárias que as nossas, muitas vezes,

a gente chega em uma determinada data e a nossa alimentação segue farta. Por lá, depois de quinze dias que recebem seus salários, a geladeira visivelmente revela as dificuldades financeiras. Estes são elementos que têm feito a gente repensar sobre tudo isso.

Eu sou de uma família que eu e todas minhas irmãs e irmãos vivemos da pesca artesanal, não no modelo que se impõe por certas normas que diz que «só pescamos, ou pescamos o dia todo». Vivemos da pesca artesanal, mas também sabemos lidar com a agricultura de subsistência. A gente tomou essa decisão política que é defender a pesca para demonstrar que ela é uma atividade viável e sustentável. A pesca também é o modo de vida que nos garante a qualidade de vida. O próprio mar nos ajuda a fazer terapia, nos ajuda a vencer os maus-olhados. Quando a gente se encontra com alguns problemas, a gente entra em contato com esses recursos oferecidos pelo mar, daí se consegue enfrentá-los melhor. Não é à toa que muitas pessoas das comunidades que perderam seus territórios desenvolveram um conjunto de doenças emocionais.

Além do valor econômico, não contabilizado, existem os valores culturais. O que seria da cultura da Bahia, por exemplo, da cultura do nosso município de Salinas da Margarida se não fosse a pesca artesanal? Os nossos mariscos, camarões e catadores de siri? Além do valor cultural e econômico também tem esse valor da saúde, a gente produz alimento de qualidade. A pesca e a relação com as águas para quem é, por exemplo, cristão, vai perceber que Jesus Cristo escolheu os pescadores e pescadoras, apesar da Bíblia falar muito dos homens como discípulos. Na Bíblia, também se diz muito que os pescadores foram o público escolhido por Jesus para lhe acompanhar. Foram eles os convocados por Jesus para fazer a multiplicação dos pescados, ele, Jesus, também tinha conhecimento desse saber tradicional a ponto de mandar que se lançasse a rede em outra direção.

Se a gente pensar nas religiões de matriz africana de toda a importância das entidades dos manguezais e das águas, então a gente tem também um valor religioso atribuído ao Território das Águas que é cultural e identitário. Nesse sentido, não tenho dúvidas em dizer que a pesca artesanal é um patrimônio do povo brasileiro! A gente exercita esse saber-profissão no Território Pesqueiro e Quilombola, e aí eu já estou com a voz emocionada...

Danilo Sodré: Acho que Elionice responde tudo aí. Sobre essa pergunta acho que está preenchida, não tem nenhuma lacuna que eu possa cobrir.

R.N.: **Aproveitando o gancho do último diálogo de vocês, recordei que no livro “A Urbaniza o Brasileira”, o geógrafo baiano Milton Santos sentencia que o Recôncavo Baiano e Salvador comandaram a primeira rede urbana das Américas. Hoje, vocês diriam que as comunidades e povos tradicionais desta mesma região compõem a maior contranarrativa   projetos desenvolvimentistas que atacam a referida  rea?**

Elionice Sacramento: Sem sombras de d vida. Lembro da professora Sílvia Guimar es¹⁷ nos dizendo sobre a presença dos povos indígenas no Recôncavo Baiano, na Bahia, de modo geral. Esses povos foram os primeiros a receberem o impacto no peito da coloniza o, sendo estratégica a articula o com os povos negros para fazer enfrentamento   Coroa portuguesa. Nós, pescadoras e pescadores da Bahia, fomos classificados por um chefe de Estado como empecilho ao desenvolvimento. Essa classifica o se dá porque a gente está justamente nas beiras de praias, beiras de rios, lugares nos quais o capital tem bastante interesse econ mico. Não somente as águas têm sido a «bola da vez», sempre repito isso porque para mim   muito simbólico em uma música que diz assim: «quem   rico mora na praia, mas quem trabalha nem tem onde morar»¹⁸. Então, o capital tentou nos convencer que esses espaços

não eram bons, que lugares bons são os grandes centros urbanos. Quando a gente se dá conta de que tudo não se tratava de falácia, a gente assume a postura em construir uma contranarrativa, mas não somente, que permite colocar nossos corpos na defesa desses territórios.

Nesse sentido, não tenho dúvidas em afirmar a sua pergunta. Sim, pescadoras, pescadores, quilombolas e indígenas, povos e comunidades tradicionais são aqueles que têm conseguido barrar o projeto do capital desenvolvimentista, apresentando outras possibilidades de vida que respeitem a ancestralidade e os recursos naturais, que propõem, como tem sido dito muito por aí, o *bem-viver*.

Danilo Sodré: Sinto-me contemplado com a resposta de Elionice.

R.N. Na produção acadêmica da Elionice Conceição Sacramento, temos percebido que a luta diária de mulheres negras, jovens quilombolas e pescadoras do Território Pesqueiro e Quilombola atravessa diversas temporalidades e/ou gerações. Como vocês têm construído suas trajetividades¹⁹ da comunidade à academia?

Danilo Sodré: Primeiro, é do próprio Movimento Pesqueiro que nasce a Escola das Águas, especialmente, da luta de Dona Maria Paraguaçu²⁰ que em vida tinha o sonho de construir uma escola não-formal que dialogasse e pensasse as especificidades das populações das águas; portanto, respeitando os horários das marés, ventos e luas. A Escola das Águas nasce quando o Movimento Pesqueiro conseguiu realizar o sonho de Dona Maria do Paraguaçu, que é um espaço de formação que possibilita a chegada dos jovens e adultos à universidade. Acho que a Escola das Águas tem sido a intermediadora da gente com esse campo acadêmico, um espaço político de formação, não é aquele espaço mecânico da escola tradicional, ela nos leva para a academia sabendo quem

nós somos, e que a gente não pode, mesmo estando lá, se esquecer disso.

Quando cheguei na academia em 2018, no primeiro semestre, ainda hoje é assustador o ambiente, percebi que ela não é um espaço que nos acolhe, é um ambiente fechado e muito branco. Quando a gente chega lá sente o impacto, mas também a gente consegue se articular com alguns grupos de pesquisa que têm pautado discussões étnicorraciais, seja no campo das letras, geografia, antropologia, que discutem temáticas não-eurocêntricas, o que nos motiva a disputar aquele espaço fazendo novas releituras que não essas leituras que nada motivam a permanecer ali. Mesmo estando lá, alguns de nós se esquecem de si. Aqui, em Conceição de Salinas, foi o contrário, a gente formou turmas vindas da escola tradicional e da Escola das Águas, aqui faço distinção que nem todos nós passamos pela Escola das Águas, mas parte daqueles que passaram, estão lá na academia, ao mesmo tempo que estão nas trincheiras de luta fazem incidências acadêmico-políticas.

Elionice Sacramento: Nós somos frutos de uma Escola que nos incutiu que a gente deveria estudar para deixar de ser aquilo que a gente era. Como se não fosse impossível conciliar nossos estudos e a afirmação da nossa identidade. Dona Maria do Paraguaçu, como o Danilo disse, era uma mulher quilombola não-alfabetizada que compreendia profundamente a importância da leitura e escrita para fortalecer a luta. Ela foi uma mulher pescadora, quilombola, que tombou na luta fruto de um conjunto de ataques feito, inclusive, pela Rede Bahia/Globo, quando acusou São Francisco do Paraguaçu²¹ de ser um falso quilombo.

Dona Maria do Paraguaçu nunca escondeu o seu sonho de ler e escrever, e o seu desejo de que o Movimento Pesqueiro e Quilombola apostasse nisso. Então, a morte dela não se deu em função de um fazendeiro dá-lhe um tiro, mas ela passou por tanta

decepção, e ela achava tudo aquilo tão violento, um conjunto de denúncias que eles enfrentaram, essa coisa de ter que ir até à delegacia, inclusive, os fazendeiros colocaram certos apelidos para reconhecê-la nas intimações, que ela acabou infartando. Antes de falecer, por vezes, Dona Maria do Paraguaçu deixou explícito o seu sonho que o movimento se apropriou para criar processos de leitura e escrita como estratégia do fortalecimento da luta.

Nesse meio tempo, estava sendo feito o licenciamento do Estaleiro Enseada do Paraguaçu SA²², e os técnicos usavam termos que a gente não conhecia, o que facilitou muito para eles, levando em consideração a nossa pouca familiaridade com a linguagem técnica, muitas vezes, nos fizeram acreditar que o impacto seria menor ou nos impediam de fazer um diálogo mais incisivo. Enfim, Dona Maria do Paraguaçu tombou em 2008. Em 2011, o Movimento Pesqueiro fundou a Escola das Águas que teve como tripé a formação técnica relacionada aos conhecimentos tradicionais, a elevação da escolaridade e o fortalecimento da formação política. Naquela época, talvez, eu fosse a única mulher pescadora e quilombola, na Bahia, que tinha uma graduação, mas que não se afastou da luta. Tinha-se aquela ideia que muitos iam estudar e não deveriam manter a sua ligação com o território e com a luta, o meu caso foi o contrário.



O Movimento Pesqueiro me indicou para ser uma das coordenadoras da Escola das Águas com o objetivo de não perder a sua principal função evitando que se tornasse um espaço tecnicista. Para mim, uma das coisas que ficou mais forte na minha memória no módulo de abertura, a gente convidou a professora Vilma Reis²³, e daí ela chegou na escola com quatro malas. A gente não entendia, como é que ela estava ali para dar uma ou duas aulas, e chegou carregando quatro malas? Na verdade, ela chegou com quatro malas de livros, cuja maioria dos autores a gente ainda

não conhecia. Isso foi bastante emblemático. A gente entendeu o quanto desconhecemos as nossas referências negras, e o quanto a gente precisava ainda ler sobre nós e para nós.

A partir da Escola das Águas, e o Danilo apresentou a experiência anteriormente, a gente teve contato mais direto com a universidade através dos professores voluntários e parceiros. Eu vivenciei a graduação por meio da modalidade particular, eu não tinha vivido a universidade pública e gratuita, e os nossos menos ainda. Então, chegou um momento na Escola das Águas em que a gente percebeu que era estratégico ocupar esses espaços, quando a gente foi se dando conta que a política pública é constituída a partir das narrativas construídas na academia, por exemplo, que a política de saúde é fruto daquilo que os cientistas entendem por ciência e saúde. Sobre entender que a gente podia estar lá sem deixar de ser quem a gente era, a gente precisava preparar os nossos para ocupar a universidade.

Depois da experiência da Escola das Águas, aqui na Comunidade de Conceição de Salinas, direta ou indiretamente, nós temos quarenta jovens na academia, e Bahia afora tem cerca de duzentas pessoas. A gente entendeu que a universidade também pode ser um lugar estratégico, não pra gente morar, não pra gente fazer uma ciência dos brancos ou a serviço dos brancos, mas para que a gente pudesse fazer com que esses conhecimentos dialogassem com a nossa realidade. Quando as primeiras pessoas começaram a frequentar a universidade, no interior do próprio Movimento Pesqueiro e Quilombola, começou-se a dizer que eu deveria, agora, fazer um concurso, que eu deveria ter uma sala na universidade ao perceberem a importância dessas coisas. Bom, eu falei que concurso eu não tenho intenção de fazer não, mas eu posso ir para um mestrado, um doutorado. O concurso, por enquanto, está fora de cogitação.

Entendi melhor a decisão política do Movimento Pesqueiro e Quilombola quando pude estar participando da banca avaliadora da estudante Quênia Barreto da Silva²⁴, por exemplo, quando pude contribuir com os trabalhos de outras jovens, colaborar com o trabalho de André Luiz, jovem liderança quilombola desta comunidade. A partir dessas experiências compreendi, de fato, a autoridade que a universidade também pode nos garantir.

R.N.: Recentemente, em 2018, a Conaq e Terra de Direitos publicaram um livro chamado “Racismo e Violência contra Quilombos no Brasil”²⁵ comprovando que tem sido exponencial o aumento de violência contra as comunidades quilombolas como assassinatos, ameaças, ataques e criminalização dos territórios, movimentos e lideranças, principalmente no estado da Bahia. Como a Comunidade de Conceição de Salinas lida com essa realidade no dia a dia?

Elionice Sacramento: Tenho dito por aí e no interior do próprio Movimento Pesqueiro e Quilombola também que a Baía de Todos Santos tem sido uma baía de muitas negligências. Você chega em algumas comunidades e percebe que as relações de *terça e meia* são comuns em certos lugares, pelo menos, até uma década, fruto das relações feudais do Brasil-colônia. Ao mesmo tempo, elas estão camufladas nos processos de liberdades que foram violentadas também. Algumas pessoas têm preferido recuar como lideranças históricas desses processos de agressão e dor, mas muitos de nós continuamos na resistência.

Posso dizer, em nome de alguns de nós, que a gente sabe que vai morrer. Em honra aos nossos e nossas, a gente vai continuar na luta para no mínimo ter uma morte do corpo honrosa. Mas é muito tenso, todos os dias têm sido assim, a gente não sai mais sozinha, a gente somente compartilha notícias de jornais amplamente conhecidos, a gente não se sente mais confortável em dizer

onde se está e com quem se está, se a gente vai retornar naquele dia. Aquela coisa de sair na rua de peito e coração aberto e quando alguém chamava, respondia. Para mim, não existe mais.

Não me sinto mais segura para sentar em frente a porta da minha própria casa, no lugar que sempre brinquei na infância com minhas irmãs, que sempre conversei com as pessoas mais velhas na porta da rua sentada na esteira, no *passeio*. E quando a gente está na roça ou na maré, quando percebe uma movimentação estranha ou uma pessoa vindo atrás da gente isso já provoca tensão. Isso é muito difícil, a gente sempre achou que o melhor lugar para se viver era a nossa comunidade, o lugar do refúgio e segurança.

A gente nunca sabe quando vai ser a próxima vítima, essa tem sido a sensação que tenho tido. Às vezes, o que tenho feito para proteger a minha família tem sido me isolar mais para não colocá-la em risco. A gente precisa estar nos lugares onde eles não estão. Quando saio até evito ligar para minha mãe, eu preciso prepará-la para uma possível *ausência*. Então, aquela filha que ligava de manhã, tarde e noite para saber se ela está bem ou se tomou a medicação já está evitando isso. Caso amanhã eu falte, ela não sentirá tanto a minha *falta*.

Percebo que para Danilo Sodré e André Luiz, principalmente nos últimos meses, eles têm também tomado consciência disso, que eles se tornaram alvos do capital. Como outras pessoas presas e assassinadas injustamente, a gente pode ser o próximo ou a próxima vítima. A gente saber porquê e por quem se luta, a gente compreende e isso acalma o meu coração, principalmente agora que conheço a história das minhas ancestrais, sei que se elas tivessem aceitado as coisas tais como impostas pelo sistema, a gente não estaria aqui. Então, é isso, uma situação de medo, de opressão, ao mesmo tempo, um sentimento que a gente está do lado certo da história!

Danilo Sodré: De fato, é isso. Por exemplo, eu por me sentir livre, jovem, nas redes sociais citava minha localização. Elionice me chamava muito a atenção sobre isso. De uns tempos para cá não tenho feito mais. Se coloco a localização, coloco depois que não estou mais naquele lugar. A gente vai amadurecendo, aos poucos tomando certos cuidados como não andar mais tranquilos e tranquilas, a gente vive o tempo todo assombrado dentro do nosso próprio território. Antes costumava ir para casa da minha avó e voltava à noite para minha casa, a casa dela fica há uns 3 minutos da minha, na mesma rua, mas chega a uma tal hora da noite que não tem mais um pé de pessoa na rua. A gente andava tranquilamente, hoje, ando olhando para um lado e pra outro.

R.N.: Voltando ao tema da violência, tem sido discutido amplamente na esfera pública como o racismo estrutural acomete as comunidades quilombolas no que tange a seus direitos sociais, religiosos, culturais, ambientais e territoriais. Levando em consideração essa afirmativa, diante do contexto da pandemia da SARS-Cov 2, percebemos um considerável aumento de *fake news* pulverizadas por agentes do governo e privados que visam negar as territorialidades quilombolas. Como Conceição de Salinas tem lidado com esses ataques? Como tem sido a mobilização deste território nas instâncias legais e político-sociais?

Elionice Sacramento: Certa vez escrevi um texto que não está publicado ainda que *Conceição de Salinas tem muito a dizer ao Brasil*²⁶. A prática de *fake news* vem sendo disseminada há muitos anos, mas não com esse nome, nem usando os meios virtuais e digitais, apareciam cartas anônimas colocadas embaixo das nossas portas com difamações, fotos montadas, principalmente, no campo da política-partidária. Essa postura fez com que muitas e muitos de nós se intimidaram ao estar ocupando alguns espa-

ços de poder, pois não tínhamos emocional para enfrentar aquilo. Ao mesmo tempo, eram coisas que ficavam no circuito local, era como se passassem alguns meses e as pessoas estivessem esquecidas. Na verdade, não se esqueceram, tinham aqueles que aguardam os próximos quatro anos para repetir.

Com as vias digitais, isso tudo tomou proporções maiores. Temos sofrido isso individualmente e a associação da comunidade também. De certa forma, a gente construiu a consciência coletiva que a gente nem vai deixar se abater, ao mesmo tempo nem cruzar os braços. A gente tem denunciado à delegacia, ainda que não sejamos ouvidos e ouvidas, mas o nosso primeiro passo tem sido registrar boletins de ocorrência. Muito depois do aprendizado que não devemos deixar isso passar, a gente tem também denunciado nas próprias mídias sociais para construir contranarrativas, solicitado apoio e solidariedade de pessoas, entidades e organizações que nos conhecem.

Por exemplo, a gente foi informado que está rolando uma denúncia contra minha pessoa e da Vânia Conceição Sacramento²⁷, minha irmã, sobre um suposto crime ambiental. Os nossos rostos estão em uma notícia disseminada por um meio de comunicação comprado, então, o mundo tem nos visto como aquelas que cometem queimadas e arrancam manguezais. Quem nos conhece, conhece nosso território, passou aqui no lugar e percebeu que não houve nada disso. Agora, quem não nos conhece chegará uma informação totalmente distorcida. Também estamos acionando a Justiça para que investiguem os danos morais, de fato, temos tentado resistir de várias formas.

Sem sombras de dúvidas, isso deve ser caracterizado como racismo, por exemplo, nós não somos nós e nossos corpos sozinhos. A gente carrega uma história, uma identidade e a representatividade de um grupo social. Então, eu, Vânia, Danilo ou

qualquer outra pessoa que esteja nesse circuito, quando um ataque desses ataca a minha identidade é para dividir a comunidade ou construir a ideia do pescador e pescadora, ainda que com o meu nome, como aquele que destrói o meio ambiente, que não trabalha de forma sustentável. Tudo isso tem impacto para aquele conjunto de pescadores e pescadoras.

O pessoal se aproveita de uma história para dizer que todos nós pescadores e pescadoras somos mentirosos(as), que todas as pessoas do território são doutoras e que não utilizam muito bem os recursos naturais. Ou seja, isso confirma um ataque a esse conjunto de pessoas, pois, a gente representa a identidade que é coletiva. De modo algum, é injúria racial, mas é racismo sim! Eles fazem de modo individualizado, mas mapeando aqui no município as pessoas que são mais atacadas são justamente aqueles que se posicionam publicamente e têm origem na comunidade pesqueira e quilombola. Nos ataques têm sempre algo que vai dizer aquela mulher que enquanto estava à frente da gestão da associação da comunidade dela, uma pia sumiu em seu pleito. Então, “cadê a pia de quando você era a presidente da associação de pesca?”. Existe sempre uma tentativa para colocar em dúvida a honestidade das pessoas que representam essa população, que é visível, embora, marginalizada, cujos direitos são negados. Por trás disso tudo existe uma intencionalidade.

Danilo Sodré: Podemos falar de um processos sistemático de *fake news* que foi levantado, inclusive, para negar a questão da nossa identidade quilombola; que aqui era o lugar do atraso; que era o lugar onde igrejas evangélicas seriam fechadas; que não se podia ter dualidade de identidades, ou seja, a identidade pesqueira e quilombola; que se os pescadores se afirmarem na identidade quilombola, eles terão seus direitos previdenciários e trabalhistas negados; que os pescadores poderiam perder seus direitos ao Se-

guro Defeso²⁸; que as pessoas que estivessem aposentadas, também. Então, imagina a pessoa que trabalhou durante toda a sua vida desde a infância, madrugando, mariscando e pescando, daí chega na sua idade de se aposentar por conta da sua identidade quilombola terá seus direitos cassados?

A gente construiu coletivamente folhetos e cartazes chamados *Verdades e Mentiras* com base na legislação quilombola vigente apurando esse conjunto de *fake news* que circulou no sentido de reposicionar a própria comunidade a favor da sua própria identidade. Na medida em que o poder público, que é uma gestão municipal que desenvolve e que constrói entre aspas o município de Salinas da Margarida, mas que mantém a população debaixo de uma política de assistencialismo, ela aciona terceiros e pessoas estratégicas da sua gestão a favor de *fake news*, coloca a comunidade de Conceição de Salinas nessa incerteza de que essa identidade quilombola pode causar perdas de direitos. Então, a gente precisou fazer a incidência para informar e desconstruir as mentiras sobre a nossa identidade quilombola.

No momento mais recente que a gente está vivenciando, envolve a especulação de um turismo que vai supervalorizar o capital e os interesses econômicos da gestão municipal e de seus aliados com a construção da marina, que está ao lado do hotel do prefeito. Nos últimos dias, temos percebido o crescimento da criminalização das lideranças quilombolas e pesqueiras, e também de uma tentativa de retomada ou de retirada da gestão que cabe à Associação Comunitária de Pescadoras e Pescadores de Conceição de Salinas da área do Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS). Portanto, a gente está falando de uma área de marinha que tem a gestão principal da SPU²⁹ compartilhada com a comunidade, pensando o beneficiamento do pescado, o desenvolvimento de atividades educativas.

Inicialmente, havia cerca de 30 famílias cadastradas para utilizar a área de uso sustentável. Na verdade, é preciso retificar que a TAUS trata-se de uma área pública, que não é fechada, ela é aberta a toda comunidade e a visitantes. A tentativa de retomada da TAUS feita pela gestão municipal somente pode se dar na medida em que nos acusa de crime ambiental, eles têm criado situações para nos deslegitimar deste direito que é referente a nós, a nossa gente.

R.N.: No mês de setembro de 2020, a Conaq ajuizou uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) chamada Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) que cobra do Governo Federal a elaboração de um plano emergencial de combate e enfrentamento a SARS-Cov 2 nos territórios quilombolas. Como tem sido tratada essa discussão em sua comunidade e no Movimento Pesqueiro e Quilombola do Território das Águas.

Elionice Sacramento: Inicialmente, a gente vinha de uma incidência política muito forte na Bahia para que o estado respeitasse as especificidades, que garantisse os direitos dos povos e comunidades, sobretudo, porque muitas destas não têm acesso à água potável. Com o apoio da AATR³⁰ e também espelhado na experiência nacional da Conaq, a gente provocou uma ação feita pela DPU na Bahia. Também foram feitas denúncias junto ao Ministério Público, fizemos um conjunto de denúncias da violação dos direitos quilombolas e das violências históricas que se agravaram em nosso território, especialmente, no contexto da pandemia.

Ao tempo que fomos convidados a nos recolher a força do capital avançou com seus projetos se aproveitando que as instituições do estado não estavam funcionando tão bem para nos dar respostas. Estão acontecendo reuniões sistemáticas no conjunto de movimentos apoiado pelas assessorias jurídicas populares,

Ministério Público e Defensoria Pública para acompanhar como será aplicado esse plano emergencial e como as comunidades serão atendidas. Um dos questionamentos que a gente colocou, por exemplo, é que o resultado da ação tem sido pautado no alto grau de vulnerabilidade, e que o Estado daria suporte. A gente tem questionado nestas reuniões quais são os critérios estabelecidos para definir o grau de vulnerabilidade. Efetivamente, a gente não sabe, até agora, sobre nenhuma comunidade, seja do movimento quilombola ou pesqueiro que já tenha sido assistida fruto desta ação, na ponta.

Danilo Sodré: Como a Elionice falou, houve um conjunto de denúncias provadas tanto por iniciativa da Comunidade de Concei o de Salinas quanto outras comunidades parceiras que versam sobre a denúncia da viola o de direitos. Por meio da a o feita pela Defensoria Pública da União - DPU, o município de Salinas da Margarida foi consultado por conta das respostas vagas, vazias e não visualiza o de medidas efetivas em defender esses direitos, sobretudo, porque as mulheres da comunidade estavam impossibilitadas de escoar a sua produ o.

No curso da pandemia, que ainda está vigorando, a gente teve muitas reuniões com o Ministério Público Federal (MPF) e com a DPU, com diversos  rg es e institui es do Estado, para sinalizar a nossa realidade dentro dos nossos territórios. A DPU, inclusive, teve uma liminar deferida pela juíza. Para a gente foi muito bom, ainda que a gente não tenha visto a cor da efetividade disto, até então, não chegou nada ainda sobre a decisão no nosso território. E sim, nós estamos conscientes desta Argui o de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) tomada pela Conaq, mas a gente tem também tomado medidas específicas estaduais e regionais articuladas a nível nacional.

VIDAS QUILOMBOLAS IMPORTAM!

Notas:

1. Entrevista com Elionice Conceição Sacramento e Danilo Sodré Teixeira dos Santos, concedida em 14 de novembro de 2020.
2. Em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA).
3. Pescadora quilombola, mestra do saber, da Comunidade Quilombola e Pesqueira Conceição de Salinas. É uma mulher preta de nome e sobrenome da Raça de Filomena, conforme sua autodefinição. Formada em Filosofia, mestra pelo Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (ME-SPT/UnB). Possui especialização em Estado e Direito de Povos e Comunidades Tradicionais (Sead/UFBA). Atuou na Coordenação Nacional da Articulação das Mulheres Pescadoras em 2013-2017. É uma das coordenadoras da Associação de Pescadores/as Artesanais e Quilombolas de Conceição de Salinas e conselheira da Rede Manglar International.
4. Liderança jovem, pescador quilombola, mestre do saber, egresso da Escola das Águas e estudante do curso de Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). É um dos coordenadores da Associação de Pescadores/as Artesanais e Quilombolas de Conceição de Salinas e militante do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP).
5. Cf. Relatório Técnico Preliminar da Comunidade Quilombola Pesqueira Conceição de Salinas, organizado pelo Grupo Geografar (GERMANI; OLIVEIRA, 2019).
6. Territórios de Identidade são unidades de planejamento de políticas públicas implantadas no ano de 2007 pelo Governo do Estado da Bahia. A diferença em relação a outras metodologias adotadas anteriormente, é que os Territórios de Identidade partem da noção de pertencimento dos grupos que ocupam os respectivos territórios. A implantação ocorreu mediante consulta popular para o Plano Plurianual Participativo de 2008-2011, ao todo, são iden-

tificados cerca de 27 Territórios de Identidades, o Quilombo Conceição integra o Território Recôncavo. O Baixo Sul, a que se refere Elionice Conceição Sacramento, é composto por 14 municípios, a saber, Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Pirai do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença e Wenceslau Guimarães.

7. SACRAMENTO, Elionice Conceição. Da Diáspora Negra ao Território das Águas: Ancestralidade e protagonismo de mulheres na comunidade pesqueira e quilombola Conceição de Salinas-BA. Brasília: UnB, 2019. 187 f. Dissertação (Mestrado Profissional) –Mestrado em Sustentabilidade Junto aos Povos e Terras Tradicionais, Universidade de Brasília (UnB), 2019.

8. Pescador quilombola, mestre do saber, egresso da Escola das Águas, rapper e estudante do curso de Educação Física pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Ao lado da jovem Renata Lima, apresenta o podcast “Quilombo Conceição”, disponível em seis plataformas de streaming.

9. Cf. CONCEIÇÃO SACRAMENTO, Elionice; REIS DA SILVA, Ana Tereza (2019). Águas de fevereiro e março. In: Mares: Revista De Geografia e Etnociências, 1(1), 129-138.

10. CRUZ, Eliana Alves. Água de Barrela. Brasília-DF: Fundação Cultural Palmares, 2016.

11. GONÇALVES, Ana Maria. Um defeito de cor. 18ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2018.

12. Território tradicional quilombola situado na área da Reserva Extrativista (Resex) da Baía do Iguape, compreende o município de Maragogipe, que fica a cerca de 130 km de Salvador, capital do estado da Bahia.

13. Quilombo situado no município de Salvador.

14. Mulher quilombola da Comunidade Quilombola de Pau D’arco e Parateca, no Território Velho Chico, Bahia. Engenheira agrônomo-

ma, ativista do Movimento Quilombola e mestra pelo Mestrado em Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais (ME-SPT).

15. Maria Aparecida Mendes é mulher quilombola da Comunidade Sítio Areia do Território Quilombola Conceição das Crioulas, situado no município de Salgueiro, Pernambuco. Mestra pelo Mestrado em Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT).

16. Rede de supermercado do Distrito Federal que atende as classes médias e ricas. Em geral, as unidades deste supermercado estão localizadas nas superquadras comerciais, ou seja, locais que reúnem a maior concentração de renda e alto grau de escolaridade. O que em números totais e absolutos, simboliza o maior percentual de brancos da capital do Brasil.

17. Sílvia Maria Ferreira Guimarães é antropóloga e professora do Departamento de Antropologia e do MESPT pela Universidade de Brasília (UnB), além de uma das coordenadoras do Laboratório Matula (CNPq/UnB).

18. “Pedras que cantam”, composição de Dominginhos e Fausto Nilo, intérprete Fagner.

19. Termo cunhado pela própria Elionice Conceição Sacramento em livro que segue no prelo.

20. Segundo o pesquisador e liderança jovem quilombola e pesqueira, Edielso Barbosa dos Santos et alli (2019), na introdução do dossiê “Escola das Águas: uma Educação pelas Águas”, a Escola das Águas é um projeto que tem origem nos sonhos e desejos de Dona Maria do Paraguaçu, uma mulher negra, quilombola, militante do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) que tombou na luta. Cf. Barbosa dos Santos, Edielso. et all (2019). ESCOLA DAS ÁGUAS. In: Marés: Revista de Geografia e Etnociências, 1(1), 143-152.

21. Trata-se de um episódio bastante conhecido na Bahia, o quilombo de São Francisco do Paraguaçu está localizado no município de Cachoeira, Recôncavo Baiano. Em 2007, a Rede Bahia, afiliada da Rede Globo de Televisão, noticiou em seu principal telejornal que a comunidade em questão havia fraudado a documentação que permitia o seu autorreconhecimento junto a Fundação Cultural Palmares, além dessa alegação, somaram às suas lideranças acusações de danos ambientais sem precedentes.

22. Houve inclusive uma Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal e pela Procuradoria da República na Bahia que ampliou a denúncia de que o megaempreendimento instalado no município de Maragogipe avançava sobre a área correspondente à Reserva Extrativista Baía de Iguape.

23. Socióloga e ativista dos Direitos Humanos, direitos das mulheres, negras/os, LGBTQIA+. Nas últimas eleições municipais foi pré-candidata à Prefeitura de Salvador pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Desde 2015 ocupa o cargo de Ouvidora-geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia.

24. Elionice Conceição Sacramento refere-se ao trabalho de conclusão da pesquisadora, engenheira agrônoma e ativista Quênia Barreto da Silva que investigou o processo de organização e luta pela demarcação da Comunidade Quilombola Vila Guaxinim, município de Cruz das Almas, no Recôncavo Baiano. O referido trabalho foi defendido pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

25. CONAQ; TERRA DE DIREITOS. Racismo e Violência contra Quilombos no Brasil. 2018.

26. Citação que inspirou o título desta entrevista.

27. Pescadora artesanal quilombola e mestra do saber. Estudante do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC) pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), *Campus*

Amargosa.

28. Segundo o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o Seguro Defeso é um direito do/a pescador/a de requerer o pagamento do benefício do seguro-desemprego do pescador/a artesanal em razão da preservação de espécies.

29. Secretaria do Patrimônio da União.

30. Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais.

Referências:

BARBOSA DOS SANTOS, Edielso; *et alli*. Escola das Águas. *Marés: Revista de Geografia e Etnociências*, 1(1), p. 143-152, 2019.

CONAQ; TERRA DE DIREITOS. *Racismo e Violência contra Quilombos no Brasil*. 2018.

CRUZ, Eliana Alves. *Água de Barrela*. Brasília-DF: Fundação Cultural Palmares, 2016.

GERMANI, Guiomar Inez; OLIVEIRA, Gilca Garcia (Coord.). Comunidade Pesqueira Conceição de Salinas (BA). *Relatório Técnico Preliminar*. Universidade Federal da Bahia (UFBA): Instituto de Geociências. Departamento de Geografia. Salvador-BA: Grupo de Pesquisa GeografAR, 2019.

GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. 18ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2018.

JULIANO, Filipe Romão. “O Judiciário é o pior inimigo do povo negro”. Judicialização da vida quilombola: notas sobre a justiça brasileira. *Estudos de Sociologia*. v. 24 n. 47 p. 317-338 jul.-dez. 2019.

LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. In: *Série Antropologia/ Anuário Antropológico 2002/2003*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

SACRAMENTO, Elionice Conceição. Da Diáspora Negra ao Território das Águas: Ancestralidade e protagonismo de mulheres na comunidade pesqueira e quilombola Conceição de Salinas-BA. Brasília: UnB, 2019. 187 f. *Dissertação (Mestrado Profissional)* –Mestrado em Sustentabilidade Junto aos Povos e Terras Tradicionais, Universidade de Brasília (UnB), 2019.

SACRAMENTO, Elionice Conceição; REIS DA SILVA, Ana Tereza. Águas de fevereiro e março. *Marés: Revista de Geografia e Etnociências*, 1(1), 129-138, 2019.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo-SP: EDUSP, 1993.

SEREJO, Danilo. *A atemporalidade do colonialismo: contribuições para entender a luta das comunidades quilombolas de Alcântara e a base espacial*. São Luís-MA: Editora UEMA/PPGCSPA/PNCSA, 2020.